

**Fundo de Emergência Social
Medida de Apoio ao Aquecimento**

Condições para requerer esta medida:

1. Ser munícipe com idade igual ou superior a 65 anos (à data de 31.12.2025);
2. O rendimento per capita anual dos elementos do agregado familiar ser igual ou inferior a 12.587,00€ (valor previsional para 2026 que corresponde ao 2.º escalão do IRS).

Será admitida apenas uma inscrição por morada/habitação.

Para este efeito, deverão ser entregues os seguintes documentos:

- O presente formulário devidamente preenchido e assinado;
- Nota(s) de Liquidação do IRS de 2024 e/ou a(s) Certidão(ões) de Dispensa da apresentação de declaração de rendimentos Modelo 3 de IRS de 2024 de todos os elementos do agregado familiar;

Esta documentação deverá ser enviada para o endereço eletrónico apoioaoaquecimento@oeiras.pt, ou em alternativa entregue na Divisão de Coesão Social no Palácio do Marquês do Pombal, em Oeiras, ou no serviço de atendimento da Junta/União de Freguesias da sua área de residência.

Para mais informações contactar através do número de telefone 214 408 519.

Caso preencha todas as condições, será solicitado o envio do comprovativo do IBAN com a identificação do/a titular da conta, o qual deverá ser igual ao do requerente.

Dados do Requerente

Nome completo: _____

Data de nascimento: |_____|/|_____|/|_____|_____| N.º de elementos do agregado familiar: |_____|

Número de identificação fiscal (NIF): |_____|_____|_____|_____|_____|_____|

Residência: _____

Código postal: |_____|_____|_____| - |_____|_____| _____

Freguesia: _____

Contacto telefónico: |_____|_____|_____| ____|_____|_____|_____|

Informação sobre o tratamento de dados pessoais
(Artigo 13.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)

Responsável pelo tratamento – O Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público n.º 500 745 943, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, Largo Marquês de Pombal, 2784-501 Oeiras é o responsável pelo tratamento dos dados.

Finalidade do tratamento – Os dados pessoais são recolhidos para efeito de candidatura de cidadãos residentes no concelho de Oeiras, com idade igual ou superior a 65 anos de idade e que comprovem possuir um rendimento *per capita* anual dos elementos do agregado familiar igual ou inferior a 14*RMMG no ano de 2025.

Licitude do tratamento – A licitude de tratamento de dados pessoais fundamenta-se no cumprimento das obrigações legais, no âmbito das atribuições municipais e competências em matéria de ação social, previstas na alínea h), do n.º1, do art.º 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Categorias de dados pessoais – O Município tem necessidade de recolher dados de identificação para instrução da candidatura e verificação da elegibilidade, assim como dados de contacto que serão utilizados no âmbito exclusivo da presente candidatura e, ainda, dados relativos aos rendimentos auferidos no ano de 2024 para comprovação da respetiva situação de carência económica. Aos candidatos cujo apoio seja formalmente aprovado, será posteriormente solicitado o respetivo IBAN para transferência do respetivo apoio.

Os dados pessoais recolhidos serão objeto de tratamento pelo Município de Oeiras e/ou pelos seus subcontratantes, sempre no âmbito da gestão de contratos de aquisição de serviços ou outro ato normativo em conformidade com o disposto no artigo 28.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (RGPD). Estes dados são suscetíveis de tratamento posterior para efeito de elaboração de relatórios internos e tratamento estatístico.

Transferência de dados – O Município de Oeiras não transferirá, em caso algum, os seus dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional, designadamente uma Embaixada ou organização de um país situado fora da União Europeia ou que não pertençam ao Espaço Económico Europeu, a menos que haja uma decisão de adequação adotada pela Comissão ou, no caso das transferências mencionadas nos artigos 46.º ou 47.º do RGPD, bem como a adoção de garantias apropriadas ou adequadas para que os titulares de dados gozem de direitos oponíveis e de medidas jurídicas corretivas eficazes.

Prazo de conservação – O prazo de conservação dos dados pessoais é o que estiver fixado por norma legal ou regulamentar ou, na falta desta, o que se revele necessário para a prossecução da finalidade do tratamento de dados. Na ausência de uma norma legal específica, os dados recolhidos serão conservados pelos prazos previstos no Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local, aprovado pela Portaria n.º 112/2023, de 27 de abril.

Direitos do titular dos dados – O Município de Oeiras designou um Encarregado de Proteção de Dados para assegurar as relações com os titulares nas matérias abrangidas pelo RGPD e pela legislação nacional em matéria de proteção de dados.

O titular dos dados pode exercer, a todo o tempo e de forma gratuita, os seus direitos de acesso, retificação, oposição, limitação, apagamento e portabilidade dos dados pessoais, bem como o direito de retirar o consentimento quando o tratamento de dados se basear na alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º do RGPD, através do endereço de correio eletrónico epd@oeiras.pt, sem prejuízo do direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo, nomeadamente à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Para mais informações, consulte a Política de Privacidade do Município de Oeiras em www.oeiras.pt/politica-privacidade.

Declarações

- Declaro que li e compreendi a informação sobre o tratamento de dados pessoais.
 Declaro, sob compromisso de honra, a veracidade de toda as informações prestadas.

Oeiras, |_____| de _____ de 202|____|.

Assinatura do/a Requerente _____

A preencher pelos serviços do Município de Oeiras

Cumprimento dos critérios: Sim Não

Enquadramento do pedido/ identificação das necessidades a apoiar:

Ponto 5.3. dos Princípios Orientadores do Fundo de Emergência Social, para despesas com eletricidade e gás.

Montante Total proposto: 180,00€ (cento e oitenta euros).

Técnico/a instrutor do processo: _____

Oeiras, |_____| de _____ de 202|____|